



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES

TESTE SELETIVO PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS
COMARCA DE MORRETES/PR
EDITAL N°. 01/2017
PROVA JUIZ LEIGO

NOME: _____

INSCRIÇÃO: _____ DATA : ____ / ____ / ____

ASSINATURA: _____

INSTRUÇÕES:

- Verifique se este caderno corresponde a sua opção de cargo;
- Preencha o cabeçalho, apondo sua assinatura;
- O caderno de prova contém 25 questões numeradas de 1 a 25. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
- As questões devem ser **ASSINALADAS COM A LETRA "V" para verdadeiro e "F" para falso e após, realize a somatória daquelas assinaladas com a letra "V", inserindo no retângulo o produto da soma;**
- As questões cuja soma estiver rasurada ou de dúvida interpretação serão consideradas como erradas e sem pontuação;
- As questões que não constarem a somatória no local indicado serão consideradas erradas e sem pontuação;
- Os pontos atribuídos às questões anuladas de ofício, ou após impugnação, serão computados a todos os candidatos;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não cabendo aos fiscais a análise das questões propostas;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou uso de aparelhos eletrônicos, sendo vedado o ingresso na sala com aparelhos celulares;
- Você terá 03 (três) horas para responder a todas as questões e preencher os campos indicados com a somatória das questões consideradas verdadeiras;
- O resultado será publicado no dia **09 de Maio de 2017**, oportunidade em que cópia da prova será disponibilizada no site do TJPR, iniciando-se desde então o prazo para apresentação dos títulos.

Boa sorte.

.....

ESPELHO DO GABARITO																								
01					06					11					16					21				
02					07					12					17					22				
03					08					13					18					23				
04					09					14					19					24				
05					10					15					20					25				

CADERNO DE QUESTÕES

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

QUESTÃO 01

(02) () Não se admite litisconsórcio, ou qualquer modalidade de intervenção de terceiro como a assistência;

(04) () O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade e primazia das formas;

(08) () O maior de 16 anos e menor de 18 anos, poderá propor ação perante o Juizado Especial desde que assistido por seu representante legal, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;

(16) () Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e serão apreciados em sentença.

QUESTÃO 02

(02) () As partes podem arrolar até o máximo de três testemunhas cada, as quais obrigatoriamente compareceram independente de intimação;

(04) () Da sentença, inclusive a homologatória de conciliação, caberá recurso;

(08) () O recurso que deverá ser interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença, terá somente efeito devolutivo, não podendo em nenhum caso lhe ser atribuído efeito suspensivo;

(16) () A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

QUESTÃO 03

(02) () O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial;

(04) () Admitir-se-á ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei;

(08) () O condenado em litigância de má-fé será condenado ao pagamento das custas processuais;

(16) () O oferecimento de embargos na execução de título extrajudicial prescinde da prévia segurança do juízo.

QUESTÃO 04

(02) () Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto;

(04) () Na alienação forçada dos bens, o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea não poderão tratar da alienação do bem penhorado;

(08) () O devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, alegando causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, antecedente à sentença.;

(16) () Na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária.

QUESTÃO 05

(02) () As audiências poderão ser realizadas no horário noturno e em qualquer dia da semana;

(04) () Não se aplicam aos juízes leigos e conciliadores os motivos de impedimento e suspeição previstos no Código de Processo Civil;

(08) () Segundo o Código de Normas do TJPR, os conciliadores advogados e os juízes leigos ficarão impedidos de exercer advocacia perante os juizados especiais em que atuarem, enquanto no desempenho de suas funções;

(16) () A função correicional sobre conciliadores e juízes leigos compete somente ao juiz supervisor a que estiverem vinculados.

QUESTÃO 06

(02) () O valor da causa deverá equivaler ao benefício econômico pretendido e não ao valor do contrato;

(04) () A pessoa jurídica pode formular pedido contraposto;

(08) () É válida a citação da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço, somente quando recebido por ela;

(16) () Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%.

QUESTÃO 07

(02) () A perícia informal é admissível na hipótese do art. 35 da Lei 9.099/1995;

(04) () O advogado cujo nome constar do termo de audiência estará habilitado para todos os atos do processo, inclusive para o recurso;

(08) () Não é cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial;

(16) () A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, não implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 08

(02) () Extinto o feito sem resolução de mérito, resta prejudicado pedido contraposto, que segue a sorte da ação principal;

(04) () O mero inadimplemento contratual não acarreta danos morais;

(08) () Incumbe ao devedor a baixo do protesto junto ao Cartório de Registro, mas somente se houver a entrega da carta de anuência pelo credor;

(16) () O desrespeito ao prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, e não da juntada do comprovante da intimação enseja o não conhecimento do recurso inominado.

QUESTÃO 09

(02) () Os conciliadores e juizes leigos são auxiliares da Justiça;

(04) () São atribuições do juiz leigo presidir audiências de conciliação, instrução e julgamento e proferir parecer, inclusive em matéria alheia a competência dos Juizados;

(08) () Segundo a resolução nº. 04/2013 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, a atuação dos juizes leigos ficará limitada aos feitos de competência dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública;

(16) () Somente o período de estágio de advocacia, em estabelecimentos oficiais podem ser computados como experiência jurídica.

JUIZADO ESPECIAL F. PÚBLICA

QUESTÃO 10

(02) () Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança;

(04) () O juiz poderá, de ofício deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias para evitar dano de difícil ou de incerta reparação;

(08) () As autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, podem figurar como réus;

(16) () Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 11

(02) () A contagem dos prazos processuais nos Juizados da Fazenda Pública será feita de forma contínua, observando-se, inclusive, a regra especial de que não há prazo diferenciado para a Fazenda Pública;

(04) () É de 08 (oito) dias o prazo de recurso contra decisão que deferir tutela antecipada em face da Fazenda Pública;

(08) () É cabível, nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o litisconsórcio ativo, ficando definido, para fins de fixação da competência, o valor individualmente considerado de até 60 salários mínimos;

(16) () Não há prazo diferenciado para a Defensoria Pública no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

QUESTÃO 12

(02) () Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso inominado;

(04) () Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão;

(08) () Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão;

(16) () Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

QUESTÃO 13

(02) () A ausência injustificada do autor do fato à audiência preliminar implicará na extinção do feito;

(04) () Havendo conexão entre crimes da competência do Juizado Especial e do Juízo Penal Comum, prevalece a competência daquele;

(08) () A proposta de transação de pena restritiva de direitos não é cabível quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa;

(16) () O acordo em que o objeto for obrigação de fazer ou não fazer deverá não poder conter cláusula penal;

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 14

(02) () A garantia contratual não é obrigatória, consistindo em mera faculdade concedida por liberalidade do fornecedor;

(04) () As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor;

(08) () O direito de arrependimento, nos casos de contratos concluídos fora do estabelecimento comercial, aplica-se inclusive na compra e venda de imóvel celebrada no cartório de notas, na presença do oficial;

(16) () É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

QUESTÃO 15

(02) () O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;

(04) () O princípio da vulnerabilidade do consumidor se configura como vulnerabilidade técnica, fática e jurídica;

(08) () A publicidade no CDC orienta-se pelos princípios da veracidade, transparência, não enganabilidade e não abusividade, entre outros;

(16) () O produto é defeituoso quando não oferece a qualidade ou quantidade que dele legitimamente se espera.

QUESTÃO 16

(02) () A inversão do ônus da prova, em favor do consumidor é automática;

(04) () o CDC limita a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas quando exercido a título coletivo;

(08) () Considera-se Contrato de adesão aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas pelo fornecedor de produtos ou serviços, com a participação do consumidor;

(16) () Aquele que sofrer dano decorrente da prestação de serviço da qual não tenha participado (pado) do negócio jurídico não pode se valer das regras estipuladas no CDC.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 17

(02) () São nulos os contratos celebrados por pessoas absolutamente incapazes e quando não revestirem a forma prescrita em lei;

(04) () O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro;

(08) () O costume é fonte do direito e também método de integração da norma jurídica;

(16) () São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

QUESTÃO 18

(02) () Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou;

(04) () Não pratica ato ilícito aquele praticado em legítima defesa;

(08) () A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;

(16) () Corre a prescrição mesmo não estando vencido o prazo da obrigação.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 19

(02) () O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;

(04) () A tutela de evidência pode ser requerida em caráter antecedente;

(08) () Com o advento do novo Código de Processo Civil a ação monitória deixou de ser processada via procedimento especial, estando contemplada no procedimento comum;

(16) () A incompetência relativa não pode ser arguida como preliminar da contestação, mas sim mediante a competente exceção em apenso;

QUESTÃO 20

(02) () Reputa-se válidos os atos e os termos processuais independente da forma, desde que, preencham a finalidade essencial;

(04) () A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial;

(08) () Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

(16) () O erro de forma do processo acarreta a nulidade do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

(02) () De acordo com o art. 175 da CF/88 os serviços públicos devem ser prestados diretamente pelo Estado, ressalvada a possibilidade de serem atribuídos aos particulares, mediante regime de concessão e autorização;

(04) () Na descentralização a administração direta transfere o serviço para outro órgão público. Ex.: secretaria, ministério, órgãos. Já na desconcentração transfere o serviço público para outra entidade. Ex.: INSS, Petrobrás. A outra entidade pode ser preexistente ou criada especialmente;

(08) () O Brasil adotou em matéria de responsabilidade civil do Estado a teoria do risco integral, ficando a Administração Pública obrigada a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiros, ainda que resultante da culpa ou dolo da vítima;

(16) () Pelo princípio da autotutela deve a Administração Pública rever os seus próprios atos, seja para revoga-los quando ilegais, seja para anulá-los quando inconvenientes.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 22

(02) () Todo empresário que possui CNPJ é uma pessoa jurídica;

(04) () Membros auxiliares do comércio, tais como corretores, leiloeiros e despachantes aduaneiros podem exercer o comércio;

(08) () É possível a renovação obrigatória da locação;

(16) () Não possuindo outros bens para solver os credores, somente com autorização de todos estes (expresso ou tácito) é que o empresário poderá alienar o estabelecimento empresarial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 23

(02) () Quando a CF não dispõe de forma contrária a instituição de um tributo, sua modificação e sua revogação se dão por lei ordinária;

(04) () os Estados e DF são competentes para instituir e cobrar ICMS, IPVA, ITCMD e ITBI;

(08) () As funções de fiscalizar e arrecadar tributos poderão ser delegadas a outro ente político, pessoa jurídica de direito público ou de direito privado (paraestatal);

(16) () Para embargar execução fiscal, à similitude do que ocorre na execução em geral prevista no CPC, não é necessário garantir o juízo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 24

(02) () A CF/88 pode ser assim classificada: promulgada, semirrígida, dogmática, escrita, sintética e eclética;

(04) () Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que necessitam de outra norma superveniente ou até mesmo ato do poder público. Ex. art. 7º, XXVII da CF/88 (proteção do trabalhador em face da automação);

(08) () O código Penal e o código tributário nacional foram recepcionados pela CF/88, respectivamente, como lei ordinária e complementar);

(16) () A cláusula de reserva de plenário significa que somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

QUESTÃO 25

(02) () A única hipótese de controle preventivo da constitucionalidade pelo poder judiciário é o parlamentar poderá impetrar Mandado de Segurança junto ao STF, contra o presidente da casa legislativa que colocar o projeto de lei em votação;

(04) () São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;

(08) () São órgãos do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça, o Juiz do Trabalho, o Juiz Arbitral, entre outros;

(16) () Aos juízes são assegurados constitucionalmente a irredutibilidade de subsídio, a imputabilidade, a vitaliciedade e a inamovibilidade.